

Categorias analíticas para o estudo da desindustrialização brasileira: uma sugestão metodológica em múltiplas escalas espaciais¹

Daniel Pereira Sampaio²

Resumo: Argumenta que a perda de dinamismo da indústria de transformação tem suas origens na inserção passiva do Brasil no processo de reestruturação produtiva global e da adoção dos ditames do Consenso de Washington. Neste artigo é proposta uma sugestão metodológica em múltiplas escalas espaciais para a avaliação dos impactos da desindustrialização: *i*) desindustrialização absoluta: fechamento generalizado de unidades locais industriais com redução do emprego industrial; *ii*) desindustrialização relativa: por *a*) aumento do *gap* tecnológico, *b*) quebra de elos em cadeias produtivas, e *c*) substituição do produto final nacional pelo importado. É ressaltada a importância da manufatura na economia brasileira, pelo seu caráter subdesenvolvido e dependente, além da situação vigente de crise estrutural do capital.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; economia brasileira contemporânea; disparidades regionais; desindustrialização; reestruturação produtiva.

Abstract: This article argues that the loss of dynamism in the manufacturing has its origins in the passive role of Brazil in the process of global productive restructuring and the adoption of the Washington Consensus dictates. It proposes a methodological suggestion at multiple spatial scales for analysis of the impact of de-industrialization: *i*) absolute de-industrialization: widespread closure of industrial local units with reduced industrial employment; *ii*) relative de-industrialization: by *a*) increasing technological gap, *b*) break in supply chains, and *c*) substitution of domestic products for imported one. It emphasized the importance of manufacturing in the Brazilian economy, its underdeveloped and dependent character, beyond the current structural crisis of capital.

Key-Words: economic development; contemporary Brazilian economy; regional disparities; deindustrialization; productive restructuring.

¹ Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado defendida pelo autor em março de 2015. O autor agradece aos comentários e sugestões de Fernando C. de Macedo (Pesquisador e Professor Livre Docente do CEDE/IE/UNICAMP), isentando-o de qualquer responsabilidade sobre o texto.

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio-Ambiente. Endereço eletrônico: danielpereirasampaio@gmail.com.

Introdução

No Brasil, o a intensificação da “controvérsia da desindustrialização” se deu a partir da publicação de UNCTAD (2003) que, posteriormente, foi complementado por AKYUZ (2005). Autores de linhas teóricas diversas tem investigado o tema em busca de soluções para o problema da competitividade industrial do país e de sua inserção externa crescentemente baseada em recursos naturais. Essas distintas “leituras da desindustrialização”³ enfocam aspectos e variáveis macroeconômicas, tais como as relativas baixas taxas de investimento, da sobrevalorização do real frente ao dólar, do grau de abertura da economia e do elevado patamar das taxas de juros (SAMPAIO, 2015).

Dentre as distintas abordagens de assumem os autores que enfrentam o referido tema em suas agendas de pesquisa, encontra-se uma chamada de “estruturalista” (SAMPAIO, 2015). Nesta perspectiva, que analisa o fenômeno a partir da abordagem histórico-estrutural (BIELSCHOWSKY, 2000; FURTADO, 2009), composta majoritariamente por economistas da “Escola de Campinas”, a desindustrialização é entendida, sumariamente, como uma desarticulação do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que vigorou no período de 1930 a meados de 1980.

A industrialização brasileira significou a autodeterminação do crescimento econômico, na medida em que o setor externo deixava de ser o centro dinâmico da economia nacional (FURTADO, 2007). Essa industrialização teve suas origens a partir do processo de acumulação de reprodução do capital cafeeiro do Oeste Paulista, que foi gestado no período de 1870 a 1920, com utilização de mão de obra livre e diversificação produtiva (CANO, 2007a).

Dado o baixo grau de acumulação de capital para o avanço da estrutura produtiva, o período de 1930 a 1955 ficou conhecido como de “industrialização

³ Dentre as “leituras da desindustrialização” são elencadas: *a*) autores que discordam que há uma desindustrialização no Brasil; *b*) autores que concordam: *b1*) autores ortodoxos, *b2*) autores heterodoxos que defendem a ocorrência da doença holandesa, *b3*) outros autores heterodoxos: *b3.1*) posições de instituições públicas e privadas, *b3.2*) autores neoschumpeterianos, *b3.3*) autores “estruturalistas” (SAMPAIO, 2015). Para outras classificações ver Morceiro (2012) e Verghanhini (2013).

restringida” (DRAIBE, 2004). Restringida também porque era limitada, principalmente a um conjunto de setores de bens de consumo não-duráveis, e o seu avanço dependia da capacidade de importar bens de produção. Mesmo com senões, o desenvolvimento do parque produtivo nacional, ao longo do processo de industrialização, teve a participação do Estado como agente coordenador do desenvolvimento econômico.

Com o “Plano de Metas” o país entrava na etapa da “industrialização pesada”, quando foram incorporados os setores de bens de consumo duráveis, puxados pela entrada de grandes empresas internacionais, sobretudo na produção de automóveis. Este movimento aumentou a concentração industrial em São Paulo ao mesmo tempo que este estado integrava os mercados e a produção nacional (CANO, 2007b), promovendo laços de complementaridade e “solidariedade” regional (PACHECO, 1998). A industrialização avançou, com a incorporação de setores modernos dentro do padrão tecnológico vigente, contudo o conservadorismo de nossas elites, principalmente a partir do início do regime autoritário em 1964, impediu que reformas estruturais fossem concebidas (HENRIQUE, 1999).

No final da década de 1970, com os investimentos realizados no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a despeito dos importantes desequilíbrios fiscais e financeiros que desembocariam na “Crise da Dívida” na década seguinte (BELLUZZO E ALMEIDA, 2002; CARNEIRO, 2002), bem como na aceleração do processo inflacionário, a indústria brasileira encontrava-se nacionalmente integrada, diversificada e estruturada nos moldes dos padrões tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, mesmo sem incorporar o núcleo endógeno de progresso técnico (LESSA, 1998). Desde o início dos anos 1970 até meados dos anos 1980 foi observada uma desconcentração produtiva do tipo “virtuosa”, na medida em que São Paulo diminuía seu peso no valor agregado da indústria de transformação, mesmo que esta ocorresse com elevadas taxas de crescimento econômico (CANO, 2008).

A partir de meados dos anos 1980, com a saída do Estado como agente coordenador do desenvolvimento econômico, com as reformas que desembocaram na desestatização, desnacionalização da estrutura de propriedade da indústria, abertura

comercial rápida e não planejada da economia e o Plano Real trouxeram impactos profundos sobre o padrão de industrialização e promoção do investimento, agora mais dependente das empresas transnacionais e dos humores dos mercados financeiros (CANO, 2014). Estas mudanças também foram condicionadas por fatores externos, tais como a reestruturação produtiva dos grandes grupos não-financeiros, por meio das “cadeias globais de valor” (GEREFFI; HUMPHREY, STURGEON, 2005), da Terceira Revolução Industrial (COUTINHO, 1992) e o neoliberalismo (CANO, 2000).

Acirraram-se os conflitos federativos, cuja exacerbação manifestou-se pela ocorrência de “guerras fiscais” (CARDOZO, 2010; MACEDO E ANGELIS, 2013), contribuindo para aumentar as tensões nas articulações comerciais e produtivas interestaduais, agora mais conectada diretamente com o exterior.

O desmonte lento e gradual do parque industrial brasileiro trouxe impactos sobre as articulações macroeconômicas, microeconômicas e espaciais, cujo significado pode ser expresso pela ideia de desindustrialização. O que se buscou demonstrar é que para além dos aspectos macro e micro, usualmente abordados nas análises sobre a desindustrialização, há que se avançar no debate sobre os impactos regionais, principalmente sobre a integração nacional. Nesse sentido este trabalho visa contribuir.

Para atingir tal objetivo, o trabalho é referido em cinco sessões. Na primeira são trabalhados alguns conceitos relacionados com o desenvolvimento regional, tais como o de “desconcentração produtiva”, “descentralização”, “guerra fiscal” e “fragmentação espacial” e de que modo eles se diferenciam e dialogam com a temática da desindustrialização. Nas seções seguintes são trabalhadas as categorias analíticas, como uma sugestão metodológica para análises regionais a partir de uma perspectiva “estruturalista”. Por fim, seguem as considerações finais.

1. Desenvolvimento regional no período recente: alguns conceitos e conexões com a temática da desindustrialização

De forma complementar à apresentação das categorias analíticas da desindustrialização, faz-se necessário distingui-lo de outros conceitos, tais como

desconcentração produtiva e descentralização. Estas definições são úteis principalmente para os estudos que visam avaliar os impactos regionais desse processo.

Desconcentração produtiva é entendida como a perda de participação relativa (em %) no longo prazo de São Paulo no VTI da indústria de transformação brasileira (CANO, 2008; 2011). Do período de 1970 a 1985, o Brasil apresentou elevadas taxas de crescimento, e o estado de São Paulo também cresceu a taxas elevadas, porém em patamares inferiores às obtidas pelo Brasil. Por este motivo a desconcentração de São Paulo em relação aos demais estados do país mostrou-se virtuosa. Por outro lado, no período de 1985 a 2005, a perda de peso da indústria paulista em relação ao total se deu a taxas de crescimento baixas, tendo São Paulo apresentado desempenhos inferiores às do crescimento nacional. Assim entende-se por uma desconcentração produtiva espúria ou meramente estatística (CANO, 2008).

A descentralização significa a saída de uma unidade local industrial de um território e instalação em outro. Ou seja, a saída de uma empresa A no território X, e, posterior instalação dessa mesma empresa A no território Z em uma mesma escala nacional. Estes movimentos podem estar associados às deseconomias de escala, reduções dos custos de produção, “guerras fiscais”, entre outros. Do ponto de vista local, o território X pode ter sofrido de uma desindustrialização absoluta, dado o fechamento da planta produtiva. Por outro lado, o território Z apareceu com aumento do investimento, o que levará a um crescimento industrial. Assim, do ponto de vista nacional, e *ceteris paribus*, o país mantém o mesmo patamar de produção, sem incorrer em desindustrialização (no caso a absoluta).

Deste modo, a descentralização pode estar associada à desconcentração produtiva, caso se direcione de São Paulo às demais regiões. Contudo, a descentralização ocorre de modo distinto entre as regiões brasileiras, muitas vezes independentemente da dinâmica paulista, conforme mostram os exemplos de fábricas do setor calçadista do Rio Grande do Sul que se direcionaram ao Nordeste na segunda metade da década de 1990 (COSTA; FLIGENSPAN, 2013). Neste caso, as etapas mais nobres de produção, como concepção (P&D) e marketing, situaram-se na própria região

gaúcha, levando etapas do processo produtivo para a região Nordeste, sendo estimuladas, dentre outros, por “guerras fiscais”. Neste caso é possível falar em redes regionais de produção.

Além dos aspectos anteriormente mencionados, as categorias analíticas que se buscou elencar apresentam distinções quanto ao comando do capital, isto é, se é controlada em território nacional ou internacional, se o Investimento Externo Direto se manifesta por empréstimos intercompanhia, fusões e aquisições ou *greenfield*. Excetuando-se dois paraísos fiscais, o Brasil foi o quarto maior país receptor de IDE em 2012, mesmo que a maior parte esteja sendo direcionada para o setor de serviços⁴. A parcela de absorção de capitais estrangeiros para investimentos é expressiva, se comparada internacionalmente.

Esclarecidos os conceitos de desconcentração e descentralização, cabem notas sobre o conceito e categorias analíticas de desindustrialização. No Brasil, observa-se que a perda de longo prazo da indústria de transformação em relação ao PIB, de acordo com os dados a preços básicos em valores correntes⁵, teve início na segunda metade dos anos 1980, particularmente após 1985, acentuando-se nos anos 1990, em especial após 1994, apresentando um novo movimento de queda após a eclosão da crise internacional, a partir de 2008.

Os três primeiros movimentos apontam para a predominância de fatores internos, como os efeitos da crise da dívida dos anos 1980, a abertura comercial com posterior desestatização e desnacionalização da indústria e, por fim, o Plano Real. O último período refere-se a um fator externo que ainda apresenta desdobramentos e incertezas, além de outros que interferem na competitividade de setores industriais tais como os processos de globalização produtiva, do papel da China, da dinâmica dos mercados de capitais e também pela rigidez quanto a utilização de políticas protecionistas imposta pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

⁴ Para a transferência internacional de tecnologia, ver Chiarini (2014).

⁵ Cabe lembrar que, para Bonelli (2005), que realizou uma compatibilização das Contas Nacionais, já era observada uma queda da participação da indústria de transformação em relação ao PIB desde 1976. Por mais que tenha ponderado Bonelli (2005), para o presente estudo serão utilizados os dados oficiais divulgados pelo IBGE.

Cabe destacar que a incidência deste fenômeno no país ocorreu com baixo nível relativo da renda *per capita*, se comparado com as economias desenvolvidas, portanto, prematura. Por outro lado, obstou o crescimento da renda *per capita* ao longo do tempo, dados os efeitos da indústria de transformação sobre o crescimento econômico, por isso negativa. Enfim, ocorreu enquanto o parque industrial ainda não se encontrava completo, pois o país ainda não consolidou setores da Terceira Revolução Industrial, enquanto o mundo dá sinais de que caminha para a Quarta Revolução Industrial, por isso precoce.

De acordo com a pesquisa realizada, os efeitos da desindustrialização precoce no Brasil, por uma perspectiva “estruturalista” podem ser elencados nas seguintes esferas de análise: i) desindustrialização absoluta; ii) desindustrialização relativa por aumento do conteúdo importado; iii) desindustrialização relativa por aumento do coeficiente de importação; iv) desindustrialização relativa por aumento do *gap* tecnológico.

Dentre as abordagens regionais da desindustrialização ainda é possível verificar a existência de três delas. A primeira tem por objetivo realizar uma comparação de determinada unidade federativa com o Brasil, por isso recebe a alcunha de “UF *versus* BR”. Uma segunda possibilidade refere-se à utilização de um conjunto de indicadores usuais sobre a desindustrialização em uma perspectiva comparada entre unidades federativas e o Brasil, por isso recebe é entendida como “UF comparada”. Por fim, uma terceira possível abordagem pouco explorada na literatura refere-se ao estudo do processo de integração nacional a partir de São Paulo, por isso “BR/SP integração”.

Retomando ao debate para as categorias analíticas, as referidas explicações e possíveis indicadores podem ser visualizados nas próximas seções.

2. Desindustrialização absoluta

A desindustrialização absoluta refere-se, em suma, ao fechamento de unidades locais industriais ou de redução do valor real da produção e do valor absoluto do emprego na indústria de transformação no total, setorial ou regional. Apesar de ocorrer o encerramento de funcionamento de empresas no Brasil, particularmente com empresas

de capital nacional, não se constituiu em fenômeno generalizado acompanhado de redução da produção industrial no longo prazo. Neste sentido, a desindustrialização absoluta demonstra baixa capacidade de explicação para o fenômeno em termos totais para o país. Para o Brasil, o processo em estudo parece estar mais atrelado aos aspectos da desindustrialização relativa, conforme será analisado adiante.

A desindustrialização absoluta é o fechamento de unidades locais industriais, resultando em redução no número de firmas e conseqüente redução da produção industrial e do número de empregos na indústria de transformação. Por outro lado, a descentralização implica uma mudança numa determinada localidade qualquer da unidade local industrial, sem alterações sobre o nível de produção e emprego no território nacional.

O fechamento da empresa automobilística Gurgel, de capital nacional, no estado de São Paulo, particularmente no município de Rio Claro, no início da segunda metade dos anos noventa, poderia ser entendido como uma desindustrialização absoluta. Para o município de Rio Claro, pode ser entendido como o fechamento de uma unidade local industrial com redução do emprego e da produção. Contudo, observou-se aumento substantivo de empresas transnacionais no setor automobilístico neste mesmo estado, com aumento da produção industrial. Portanto, pode-se afirmar que não há desindustrialização absoluta em São Paulo no setor automobilístico.

Em que pesem as definições utilizadas neste trabalho, entende-se que são necessárias maiores pesquisas para que se possa propor uma metodologia de pesquisa aplicada para a desindustrialização absoluta, sobretudo para justificar a sua ocorrência em relação à escala espacial e setor econômico. Principalmente após a eclosão da crise estrutural do capital, que evidenciou as contradições do capital de forma mais evidente a partir de 2008. Autores que negam a hipótese de desindustrialização no Brasil, como Nassif (2008) entendem a desindustrialização mais relacionada com o seu conceito absoluto, no entanto, outras acepções também são aceitas para o fenômeno em estudo.

3. Desindustrialização relativa por aumento do conteúdo importado (ou quebra de elos em cadeias produtivas)

A desindustrialização relativa está associada a alterações quantitativas e qualitativas na estrutura industrial brasileira e, dadas as suas especificidades, pode ser entendida como um processo truncado (COMIN, 2009). Em geral, a literatura consultada aponta para três principais efeitos para a desindustrialização brasileira, de natureza quantitativa e qualitativa: perda de densidade no tecido industrial (ou de cadeias produtivas), substituição do produto final nacional pelo importado e aumento do *gap* tecnológico em comparação à dinâmica dos setores mais avançados tecnologicamente.

Em outras palavras, a desindustrialização aparece, sinteticamente, como uma regressão da estrutura produtiva nacional, de outro modo, ela representa um desmonte lento e gradual do parque industrial brasileiro integrado e diversificado, o qual foi edificado durante o período de 1930 até meados da década de 1980.

Deste modo, uma maneira de se visualizarem os efeitos da desindustrialização é a substituição do conteúdo nacional pelo importado, isto é, a quebra de elos de cadeias produtivas. Torna-se cada vez mais frequente a utilização de peças, componentes e insumos, que são produtos intermediários, de origem estrangeira na indústria nacional.

Desta maneira, no país, deixa-se de gerar os efeitos multiplicadores keynesianos na economia nacional, reduzem-se a capacidade de geração de emprego, renda, produtividade e progresso técnico, conforme argumentou (CARNEIRO, 2008). Geram-se menos encadeamentos para trás nas cadeias produtivas, ou seja, os efeitos de interdependência da estrutura produtiva, efeitos que fazem a indústria de transformação apresentar um papel central na condução do crescimento econômico.

Neste sentido, segue um exemplo para um caso específico que envolve a interação entre desconcentração produtiva e desindustrialização. Uma indústria automobilística, a Ford, resolve instalar uma nova unidade local na Bahia. Porém, esta

nova planta produtiva é beneficiada por instrumentos de “guerra fiscal”⁶ voltados para uma maior importação de autopeças, aumentando a proporção do conteúdo estrangeiro nessa indústria.

Para o estado que recebeu o investimento trata-se de um crescimento industrial, entretanto, para o total da indústria e do setor há maior parcela dos componentes importados, encolhendo a participação da indústria de autopeças no total da fabricação de veículos. Por este motivo, a desindustrialização não é incompatível com o crescimento industrial e com a desconcentração produtiva. A indústria com menor densidade de conteúdo nacional segue no mesmo sentido das indústrias maquiladoras mexicanas, no entanto, ainda com menor intensidade.

O exemplo anterior aponta para uma mudança importante no padrão de concorrência e de comércio exterior, no caso uma tendência global. A redução dos custos de transporte e a abertura dos mercados contribuíram para mudanças na organização industrial. O padrão de concorrência do tipo multidoméstico (PORTER, 1986), no qual a industrialização brasileira foi construída, foi alterado para um de maior integração dos mercados internacionais, conhecido por cadeias globais de valor (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005).

No entanto, este e outros estudos posteriores podem avaliar o papel que cabe ao Brasil e a suas regiões nesse processo, assim como, as consequências para a indústria e para a integração produtiva de alguns países subdesenvolvidos. Por outro lado, pode ser entendido que alterações na organização da indústria no Brasil são uma adaptação no nível microeconômico, dadas as condições globais de concorrência.

Uma forma de se analisarem os efeitos de encadeamento de forma mais complexa se dá por meio das análises das matrizes insumo-produto nacional e regional. Contudo, dados o baixo número de setores e as questões relacionadas com as ponderações, buscou-se outra forma de se observar o fenômeno. O indicador utilizado neste trabalho para avaliar a agregação de valor por setor é a relação entre valor de

⁶ Para a “guerra fiscal” e a sua aplicação para a Bahia e outros sete estados, ver Cardozo (2010).

transformação industrial (VTI) e valor bruto da transformação industrial (VBPI), quociente retirado a partir das informações das Pesquisas Industriais Anuais (PIA/IBGE), que indica somente se há maior ou menor agregação de valor em setores econômicos da indústria⁷.

Cabe ressaltar que este apresenta um conjunto de limitações que devem ser consideradas. A primeira diz respeito à impossibilidade de se visualizar quais os elos das cadeias produtivas que estão sendo rompidos; a segunda é a variação dele de acordo com sua própria composição. Para o cálculo do valor da transformação industrial, que é uma medida de valor agregado, deduzem-se do VBPI as seguintes variáveis: consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes e outros custos de operação industrial (IBGE, 2004). Além disso, ele é sensível a um aumento das atividades terceirizadas; e, por fim, o nível de verticalização da produção, o que depende da organização de cada setor industrial.

Por exemplo, esta variável para atividades de refino de petróleo, com estrutura mais verticalizada, é superior ao de produtos eletrônicos. Apesar dos limites desta variável, as suas modificações constituem-se, a par da participação do valor da transformação industrial em cada setor de atividade, os principais indicadores da PIA/IBGE que podem ser utilizados para as comparações em nível nacional e estadual.

4. Desindustrialização relativa por aumento do coeficiente de importação (ou substituição do produto final nacional pelo importado)

Em outra medida, observa-se um segundo movimento da desindustrialização, acentuando os impactos para o desenvolvimento econômico nacional. Trata-se, por exemplo, da regressão das formas do capital, ou seja, de empresas que eram predominantemente de “capital industrial” e passaram a atuar de forma mais preponderante na órbita mercantil, assim como a Renner e a Hering. Nota-se ainda

⁷ A UNCTAD tem desenvolvido indicadores sobre as cadeias globais de valor que já estão sendo utilizados na literatura. Reis e Almeida (2014) realizam um estudo para estes dados aplicados ao Brasil e Morais (2012) para uma maior integração de cadeias de produtos eletrônicos para a China.

aumento da presença de *trading companies* operando com incentivos fiscais, o que ficou conhecido como “guerra dos portos” (MACEDO; ANGELIS, 2013) entre as unidades federativas, uma das formas que assumem as “guerras fiscais” (CARDOZO, 2010).

Segundo a argumentação de Ricupero (2010, s. p.), este é o segundo estágio de agravamento da desindustrialização: “no primeiro, as importações substituem os componentes locais, mas o produto continua a ser montado no Brasil; no segundo, importa-se o produto pronto e as indústrias se tornam meras distribuidoras e prestadoras de assistência”.

Este processo de aumento do coeficiente de penetração das importações indica a substituição do produto final nacional pelo produto final importado, podendo ser usado como uma *proxy* para esta categoria⁸. Ocorre quando a empresa, por exemplo, importa o produto final e coloca a sua marca (etiqueta) para a revenda. O aumento do valor desse coeficiente leva a maiores pressões sobre a Balança Comercial. Resulta em aumento da saída de divisas, o que pode vir a contribuir para intensificar o histórico de problemas de financiamento no Balanço de Pagamentos.

Cabe ressaltar que as consequências são mais perversas do que aquelas apontadas pela queda do conteúdo nacional, dado que resulta no aprofundamento da redução dos efeitos de encadeamento para trás deixando de gerar emprego, renda, valor agregado e progresso técnico em produtos intermediários e finais da economia nacional.

Ela pode ser observada, por exemplo, a partir de empresas de bens de consumo não duráveis, como vestuário. Grandes empresas nacionais deste setor levam sua produção para o exterior, aumentando a quantidade de roupas e acessórios “Fabricada na China”, “Fabricada em Taiwan” ou “Fabricada no Vietnã”. Um exemplo nesse sentido é uma empresa de vestuário, a Hering, situada em Santa Catarina⁹.

⁸ Contudo, como qualquer indicador para aferir a ocorrência ou não de desindustrialização, este apresenta limitações relacionadas com a agregação.

⁹ Em que pesem as especificidades colocadas para a dinâmica produtiva de cada país, o modelo Hering parece tomar como exemplo outras empresas internacionais de confecções, tais como a Benetton e, mais recentemente, a Levis e Zara – esta última inclusive denunciada por utilização de trabalho análogo ao escravo.

Utilizando-se de incentivos fiscais para importação, opta por deixar de produzir ou de expandir a produção, substituindo pelo produto importado, particularmente daqueles com origem em países asiáticos. Passa a apresentar maior expansão nas estratégias e consolidação nos canais de comercialização com ampliação das vendas. O comportamento é de um aumento do coeficiente de importação neste setor, no caso confecções, deixando de gerar emprego, renda e progresso técnico na economia nacional.

Cabe destacar que podem ocorrer exemplos, como este, em que aprofundamento da desindustrialização conta com financiamento público¹⁰ (MACEDO; ANGELIS, 2013). Este aspecto da desindustrialização realça o papel que o país exerce sob a condição hegemônica sino-americana, particularmente sob o lado da demanda, qual seja, a de realização do capital estrangeiro.

Uma possibilidade de indicadores para este tipo de abordagem são os coeficientes de comércio exterior divulgados pela Fundação de Comércio Exterior (Funcex). Estes são apresentados pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (Cnae) versão 2.0, porém disponíveis apenas para o nível hierárquico de divisão (dois dígitos). Acompanhados das alterações na estrutura de exportação e importação, conformam um conjunto de variáveis analíticas para o comércio exterior que podem reforçar ou não os argumentos em relação à ocorrência de desindustrialização no Brasil, no sentido de explicar as categorias analíticas explicitadas neste trabalho.

Dentre estes indicadores, o que será mais utilizado é o coeficiente de penetração das importações¹¹, que pretende mensurar a substituição do produto nacional pelo importado. No entanto, assim como visto anteriormente, este indicador é utilizado com ressalvas, uma vez que, em determinados setores, os produtos podem sofrer interferência do seu modo de mensuração e também da forma como se organiza. O

¹⁰ De acordo com Macedo e Angelis (2013), a guerra fiscal comercial se dá por meio de diferimento e créditos outorgados do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), imposto de competência estadual, para empresas do ramo de atacado.

¹¹ O coeficiente de penetração das importações é a relação entre as importações e o consumo aparente (produção doméstica – exportações + importações).

leitor atento já deve ter percebido que não há um único indicador de desindustrialização, mas uma combinação de variáveis leva a uma melhor compreensão da natureza do fenômeno em estudo.

Dado o crescente déficit comercial na indústria de transformação, pode-se também apontar para uma tendência à reprimarização da inserção externa que apresenta dois vetores. O primeiro está ligado à necessidade de suprimento de alimentos, minerais e energia para suportar o crescimento de países, especialmente da China. Além do aumento da demanda, observa-se a financeirização destas *commodities*. Estes fatores contribuíram para a variação de preços e quantidades que resultou numa melhoria dos termos de troca nos últimos anos em favor do Brasil.

Embora ocorra um ciclo favorável, a tendência histórica é de perda nos termos de intercâmbio nos produtos primários, como discutiu Prebisch (1951). O segundo está ligado à própria regressão da produção da indústria de transformação nacional, pois uma indústria menos competitiva e mais dependente de importações tende a perder *market share* no mercado internacional diminuindo, em valores relativos ou até mesmo em termos nominais, o valor exportado.

Em certa medida, a perda de elos em cadeias produtivas e a substituição do produto nacional pelo importado podem ser compreendidas como uma mudança no comportamento das empresas sobre alterações nas condições de concorrência, sobretudo com a contestação dos oligopólios mundiais pela economia chinesa. Este movimento pode ser entendido como um efeito da entrada do Brasil na globalização produtiva quando ainda não apresentava uma indústria madura e sob sucessivos ajustes defensivos.

Porém, deve-se levar em consideração a formação das cadeias globais de valor e a inserção da economia brasileira, do tipo subdesenvolvida, neste processo de divisão internacional do trabalho. O sentido da trajetória brasileira de desindustrialização é distinto do daqueles apresentados pelas economias centrais, resultando em um dos

entraves mais perversos ao desenvolvimento econômico brasileiro no início do século XXI.

5. Desindustrialização relativa por aumento do *gap* tecnológico

A quarta aplicação para o qual se justificam as explicações para a desindustrialização foi levantada por Arend e Fonseca (2013) e por Belluzzo (2014) e aponta para o aumento do *gap* tecnológico da economia brasileira em relação aos países centrais. Enquanto o mundo caminha para a Quarta Revolução Industrial, com os desenvolvimentos da nanotecnologia, da biotecnologia e de energias renováveis, o Brasil ainda não realizou a Terceira Revolução Industrial, ou seja, já são pelo menos três décadas e meia de atraso em relação às economias centrais.

Em outras palavras, estes autores levantam problemas relacionados com a dimensão histórica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. O domínio dos processos mais modernos de produção aliados ao papel exercido pelos grandes oligopólios internacionais na dinâmica tecnológica e formulação de novos padrões de consumo, em seu movimento de concentração e centralização de capitais, afeta sistematicamente o processo de industrialização brasileiro, inclusive desarticulando o sistema nacional de produção edificado no período áureo da industrialização (1930/1980).

Setores modernos no Brasil têm sofrido pesadamente com a desindustrialização, como o de fabricação de produtos eletrônicos, comunicações, mecânica e material elétrico. Setores tradicionais, como o de têxteis, confecções e calçados, conforme visto anteriormente, também sentiram os impactos. Deste modo, destacam-se a importância do domínio da tecnologia e do aprendizado para a dinâmica capitalista e o consequente aumento dos laços de dependência sobretudo por parte de economias subdesenvolvidas. Por isso, a desindustrialização em economias como a brasileira resulta em aumento das disparidades em nível de desenvolvimento em relação às economias centrais.

As análises presentes neste artigo indicam que o debate sobre o processo de desindustrialização no Brasil apresenta distintos caminhos e significados. De forma

sintética, as categorias explicam a desindustrialização no Brasil podem ser vistas no Quadro 1:

Quadro 1 – Síntese das categorias analíticas da desindustrialização no Brasil

Categoria	Significado	Implicações
Relativa por aumento do <i>gap</i> tecnológico (Belluzzo)	Aumento das distâncias relativas entre países em relação aos setores modernos.	a) Tendência a perda de competitividade internacional.
Relativa por aumento de conteúdo importado (UNCTAD/Ricupero, 1)	Quebra de elos de cadeias produtivas.	a) Vazamento dos efeitos multiplicadores para o exterior; b) Deixa de gerar encadeamentos para frente e para trás; c) Menor capacidade de geração de emprego, renda e progresso técnico; d) Tensão das articulações comerciais nacionais.
Relativa por substituição do coeficiente de importação (UNCTAD/Ricupero, 2)	Tendência à substituição do produto final nacional pelo importado.	a) Agravamento dos pontos levantados anteriormente; b) Tendência à transformação do capital industrial em capital mercantil.
Absoluta	Fechamento de unidades locais industriais com redução da produção e do emprego industrial. Conceito tende a ser restrito a escalas espaciais menores.	a) Nível mais agravado da desindustrialização; b) Aprofunda os pontos anteriores, com interlocução direta com a escala internacional; c) Tende a gerar crise urbana e de emprego.

Elaboração própria.

Transformações no interior da organização da indústria e aspectos macroeconômicos, sobretudo, conduzidas pelos ditames do Consenso de Washington, além da globalização produtiva, sinalizam para alterações no modo de produzir na manufatura e na qualidade da inserção externa na economia brasileira. Neste sentido, cabe avaliar os impactos nacionais e regionais decorrentes do processo em marcha.

Considerações finais

A preocupação deste trabalho residiu em analisar o sentido da desindustrialização para a economia brasileira e sua interlocução com conceitos de economia regional, sobretudo para uma abordagem em múltiplas escalas espaciais. Se a industrialização pode ser entendida como o processo em que a economia paulista liderou o crescimento econômico, por meio de sua autodeterminação, com a incorporação de setores modernos na indústria de transformação e promoveu a integração comercial e produtiva nacional, o processo de desindustrialização

provavelmente terá efeitos contrários. Ou seja, redução das articulações comerciais e produtivas interestaduais, com aumento da dependência e da vulnerabilidade externa, com regiões mais articuladas diretamente com o exterior e dependentes das estratégias de atuação das empresas transnacionais.

De acordo com os argumentos apresentados, a desindustrialização é entendida como uma alteração nas articulações entre aspectos macroeconômicos, microeconômicos e territoriais, que, no caso brasileiro, país subdesenvolvido e dependente (CANO 2012a; 2012b, 2014), demonstram ser, ao mesmo tempo, um processo de adaptação por uma série de ajustes defensivos (LAPLANE, 2006), do mesmo modo, um retrocesso industrial (COMIN, 2009), com implicações para o papel do Brasil no desenvolvimento das nações (BELLUZZO, 2014). De outro modo, reflexo de sua inserção passiva na globalização produtiva.

O trabalho apresentado teve como objetivo levantar os conceitos da desindustrialização por uma perspectiva abrangente, por meio da análise crítica das distintas “leituras da desindustrialização”, porém mais alinhada à ótica “estruturalista”.

Neste contexto, a revisão apontou para quatro possíveis significados de desindustrialização, que buscam explicar e complementar o conceito tradicional. Os quatro conceitos aplicados à desindustrialização neste trabalho apontam para a preocupação quanto às implicações ao processo de desenvolvimento econômico, com aumento da dependência externa e aprofundamento da situação periférica numa abordagem que permite uma interlocução com aspectos do desenvolvimento regional, principalmente para a busca de uma abordagem que privilegia as múltiplas escalas espaciais. Quais sejam: desindustrialização absoluta, desindustrialização relativa por quebra de elos em cadeias produtivas, desindustrialização relativa por substituição do produto final nacional pelo importado e desindustrialização relativa por aumento do *gap* tecnológico.

A abordagem da desindustrialização a partir das quatro categorias analíticas elencadas tem por objetivo uma melhor compreensão da avaliação de seus impactos

regionais. De acordo com as “leituras da desindustrialização”, particularmente por sua vertente “estruturalista”, as causas remontam à saída do Estado como agente coordenador do desenvolvimento econômico, do abandono das políticas industriais, da abertura comercial rápida e não planejada, e do manejo da política econômica que conjuga uma taxa de câmbio e uma taxa de juros em patamares desfavoráveis ao desenvolvimento produtivo.

Em que pesem os problemas relacionados com a análise quantitativa das categorias analíticas, espera-se que o entendimento de suas perspectivas e implicações ao desenvolvimento econômico possam contribuir para análises regionais específicas seus resultados em termos de relações interestaduais. Afinal, cada abordagem regional da desindustrialização, sejam elas de “UF *versus* BR”, “UF comparada” ou “UF/SP integração” apresentam limites para o entendimento da totalidade do processo em curso.

Espera-se que o presente trabalho possa servir como motivação, a partir do entendimento das categorias analíticas, seus alcances e limites para a compreensão das complexas relações econômicas e sociais, possam, de alguma maneira, contribuir para o estudo de realidades concretas em uma economia que, a despeito de avanços no campo social, permanece com elevadas e crescentes heterogeneidades regionais.

Referências Bibliográficas:

- AKYUZ, Y. Impasses do desenvolvimento. In.: *Novos estudos CEBRAP*, nº72, jul. 2005, pp. 41/56.
- ALMEIDA, J. S. G.; REIS, C. F. B. A maior relevância brasileira nas importações mundiais. *Textos para discussão do IE/Unicamp* nº 213, Campinas (SP), dez 2012.
- AREND, M.; FONSECA, P. C. Brasil (1955-2005): 25 anos *de catching up*, 25 anos *de falling behind*. In.: *Revista de Economia Política*, vol. 32, n. 1 (126), pp. 33-54, jan/mar 2012.
- BACHA, E.; DE BOLLE, M. B. (org.). *O Futuro da indústria no Brasil: a desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.
- BELLUZZO, L.G. *As novas condições do desenvolvimento*. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1600>>. Acesso em 07 junho 2014.

BELLUZZO, L.G.; ALMEIDA, J.S. *Depois da Queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Ed. Civilização Brasileira, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. (org). *Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL*, 2 vols. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

BONELLI, R.; PESSOA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In.: BACHA, E.; DE BOLLE, M. B. (org). *O Futuro da indústria no Brasil: a desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. Ed. UNESP, 2000.

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Ed. IE/Unicamp, 2007a.

CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930/1970)*. Ed. Unesp, 2007b

CANO, W. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil (1970-2005)*. Ed. Unesp, 2008.

CANO, W. *Ensaio sobre a crise urbana no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011

CANO, W. Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento. In.: *Revista FAAC*, São Paulo: Bauru, v.1, n.2, pp. 155-164, out 2011/mar 2012a.

CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. In.: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, dez. 2012b, pp. 831-851.

CANO, W. *(Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento*. Texto apresentado no 2º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, Centro de Estudos do BNDES, Rio de Janeiro, 18 a 20 de ago de 2014, mimeo.

CARDOZO, S.A. *Guerra Fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990*. Tese de Doutorado IE/Unicamp, 2010.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. Ed. Unesp, 2002.

CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. *Textos para discussão IE/Unicamp* nº 153. Disponível em: <www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez 2008.

CARNEIRO, R. Velhos e Novos Desenvolvimentismos. In.: *Economia e Sociedade*, vol. 21, n. especial, Campinas, dez 2012.

COMIN. A. *A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro*. Tese de Doutorado IE/Unicamp, 2009.

COSTA, A. B.; FLIGENSPAN, F. *O deslocamento de empresas de calçados para o Nordeste brasileiro*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.

COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudança. In.: *Economia e Sociedade*, Campinas, n.1, p. 69-87, ago 1992.

DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, C. *Economia do Desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Coleção: Arquivos Celso Furtado n. 2. Ed. Contraponto, 2009.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. *The governance of global value chains*. Review of international political economy 12:1, fev 2005, pp. 78-104.

HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil*. Tese de doutorado IE/Unicamp, 1999.

HIRSCHMAN, A. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Fondo de Cultura, 1961.

IBGE. *Pesquisa Industrial Anual – Empresa*. In: Série Relatórios Metodológicos do IBGE, vol. 26, 2004. Retirado de: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jul 2010.

LAPLANE, M. Indústria e desenvolvimento no Brasil no século XXI. In.: *Economia e Tecnologia*, Paraná, ano 2, vol. 06, jul/set 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/download/29592/19262>>. Acesso em 07 jun 2014.

LESSA, C. *A estratégia de desenvolvimento (1974/1976) Sonho e fracasso*. Ed. Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

MACEDO, F.C. *Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989/2008)*. Tese de livre docência IE/UNICAMP. Campinas, 2010, mimeo.

MACEDO, F. C.; ANGELIS, A. Guerra fiscal dos portos e desenvolvimento regional no Brasil. In.: *REDES* (Revista do Desenvolvimento Regional), Santa Cruz do Sul, v. 18, n.1, p. 185-212, jan/abr 2013.

MORCEIRO, P. C. *Desindustrialização na economia brasileira no período de 2000-2011: abordagens indicadores*. São Paulo: Ed. Unesp/Cultura Acadêmica, 2012.

NASSIF, A. Há evidências de uma desindustrialização no Brasil? In.: *Revista de Economia Política*, vol. 28, n°1 (109), pp. 71-96, janeiro-março, 2008.

PACHECO, C.A. *Fragmentação da Nação*. Campinas: Ed. IE/Unicamp, 1998.

PORTER, M. *Estratégia Competitiva*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1986.

PREBISCH, R. *Estudio Económico de América Latina*. CEPAL, 1951.

RICUPERO, R. *Cambio Mata*. São Paulo: Folha de São Paulo, 09 maio 2010. Retirado de: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0905201004.htm>>. Acesso em 19 jun 2014.

RICUPERO, R. *Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil*. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil. 06 mar 2014. Retirado de: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1604>>. Acesso em 19 jun 2014.

SAMPAIO, D. *Leituras da desindustrialização no Brasil: diagnósticos e proposições de políticas*. Anais do XX Encontro Nacional de Economia Política, Foz do Iguaçu/Paraná, 26 a 29 de maio de 2015, 25 fls.

VERGNHANINI, R. *O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Instituto de Economia da UFRJ, 2013, 124 fls.

UNCTAD. *World Development Report*. Genebra, 2003.